

# Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil

Simon Schwartzman<sup>1</sup>

Publicado em *Novos Estudos CEBRAP*, 55, Novembro 1999, pp. 83-96

## Sumário

Introdução .....	1
Cor ou raça .....	4
Origem .....	6
Cor ou raça e origem .....	9
Cor ou raça, origem e condições de vida .....	10
As transformações no tempo .....	12
Conclusão .....	15
Referências .....	17

---

<sup>1</sup> Agradeço a Alicia Bercoitch, Edward Telles, Elisa Caillaux, Magda Prates e Mariza Peirano pelos comentários e sugestões feitas a uma primeira versão deste texto.

## Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil

Simon Schwartzman

### Introdução

O tema da cor ou raça tem sido pesquisado recentemente pelo IBGE em termos da "cor" das pessoas, com as alternativas de "branco", "preto," "pardo" e "amarelo," e mais a categoria de "indígena". Esta pergunta é feita nos recenseamentos decenais, e também na pesquisa nacional por amostra de Domicílios (PNAD), realizada anualmente. São as próprias pessoas que devem se colocar nestas categorias, ainda que não se possa ter certeza de que os entrevistadores não exerçam influência nas respostas. As motivações para o levantamento desta informação têm certamente variado através do tempo. Até o século XIX, a informação relevante era a classificação da população em termos de sua condição civil, entre "livres" e escravos, e os recenseamentos de 1872 e 1890 já introduziam as questões de raça ou cor. Ao longo do século XX, é provável que as idéias racistas e as preocupações então existentes com o "melhoramento da raça" brasileira tenham influído na reintrodução do item de raça no recenseamento de 1940, da mesma maneira com que a noção de que no Brasil "não existe problema de raça" parece ter levado à exclusão do tema no censo de 1970. Hoje, parece claro que o objetivo não é tentar medir ou quantificar as características biológicas da população, e sim sua diversidade social, cultural e histórica, que, como é sabido, está relacionada a diferenças importantes de condições de vida, oportunidade e eventuais problemas de discriminação e preconceito.

Existe muita insatisfação com estas categorias. Uma boa parte da população não se identifica e não gosta de alguns destes termos, como veremos abaixo. Os resultados que se encontram são também criticados. Tipicamente, as pesquisas mais recentes encontram cerca de 5% de pretos, 50% de brancos, e 45% de pardos, com uma pequena percentagem nas categorias de "amarelos" (orientais) e indígenas (a PNAD 1997, que cobre todo o país exceto a região rural da Amazônia, encontrou 54.4% de brancos, 5.2% de pretos, 39.9% de pardos, 0,4% de amarelos e 0,1% de indígenas). Estes números, segundo alguns críticos, ocultariam o verdadeiro tamanho da população negra no Brasil, que, se definida de forma análoga ao que

ocorre nos Estados Unidos, chegaria a pelo menos 50% da população; e também deixaria de medir o verdadeiro tamanho da população indígena.

A discussão acadêmica sobre o tema da raça ou cor no Brasil têm como uma de suas principais referências um texto clássico de Oracy Nogueira, que contrasta o "preconceito de origem", que seria típico dos Estados Unidos, com o "preconceito de marca", que seria mais típico do Brasil.<sup>2</sup> Segundo esta interpretação, nos Estados Unidos, o que define um "negro" na sociedade segmentada seria sua ascendência africana e escrava, sua origem, e não o fato de a pessoa ter a pele mais ou menos escura. No Brasil, ao contrário, seria a cor da pele, mais do que sua origem, que definiria as pessoas socialmente, e serviria de base para preconceitos e discriminações. Isto permitiria que as pessoas "passassem" com mais facilidade de uma categoria racial a outra no Brasil, e, ao mesmo tempo reduziria a coesão e identidade interna dos grupos étnicos ou raciais. Uma outra interpretação, proposta pela escola paulista liderada por Florestan Fernandes, afirma que o preconceito de raça no Brasil é, em última análise, um preconceito de classe, também confirmada, aparentemente, pela relativa facilidade com que muitas pessoas conseguem "passar" de um grupo étnico ou racial para outro, em função de seu enriquecimento. Nesta noção, a questão étnica ou racial não teria especificidade própria, e seria resolvida na medida em que as questões de desigualdade social fossem equacionadas. Na visão oposta, existe a tese de que, tal como nos Estados Unidos, as diferenças de origem seriam as mais importantes e significativas, e não desapareceriam nem com a eliminação ou redução das diferenças de classe, nem com o "branqueamento" real ou ilusório da população. O "preconceito de marca" seria uma forma de "falsa consciência" que impediria que a população negra tomasse conhecimento de sua condição e problemas reais. Nesta perspectiva, não deveria haver distinção, nas pesquisas, entre pretos e pardos, devendo todos serem englobados na categoria de "negros".

Em uma passagem na introdução à nova edição de seu artigo, Oracy Nogueira compara os Estados Unidos ao Brasil dizendo manter a hipótese de que, naquele país, "haveria maior tolerância que no Brasil pelas diferenças culturais - de idioma, religião, etc.

---

<sup>2</sup> "Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem", em (Nogueira, 1985) pp. 67-93. O texto original é de 1954. Devo a Mariza Peirano ter me chamado a atenção para a necessidade desta referência, que ficará isolada, dada a impossibilidade material de proceder aqui a uma ampla revisão da literatura existente sobre a questão racial no Brasil. Para um panorama geral desta literatura, que toma como ponto de partida uma paráfrase do texto de Oracy Nogueira, ver (Sansone, 1996).

Em contraposição, no Brasil haveria maior tolerância em relação às variações em aparência física e menor em relação às divergências culturais. Penso na tendência generalizada, no Brasil, de supor-se que a negação da identificação com minorias culturais seja condição essencial ou *sine qua non* para o abasileiramento. Assim, espera-se que o índio deixe de ser índio, o judeu, de ser judeu e assim por diante, para serem brasileiros" (p. 34.) Isto talvez explique o fato de que o tema da origem nunca tenha sido objeto de pesquisa sistemática no Brasil, ao contrário do tema da raça ou "marca", apesar das limitações que os dados existentes a este respeito possam ter.

Em uma tentativa de melhorar este quesito de raça ou cor, tomar em consideração estas diversas objeções, e começar a introduzir de forma sistemática a variável de origem nos estudos sobre a população brasileira, com vistas ao Censo do ano 2000, o IBGE introduziu um conjunto de questões na Pesquisa Mensal de Emprego de julho de 1998, que cobriu cerca 90 mil pessoas de dez anos de idade e mais em seis áreas metropolitanas do país.<sup>3</sup> O objetivo era comparar as respostas à pergunta tradicional sobre cor a uma pergunta aberta, o que permitiria examinar em que medida estas categorias correspondem ou não à forma pela qual a população se identifica. Também buscou-se examinar se a população se identifica, de uma ou outra forma, com origens culturais e étnicas específicas - será que os "pretos" ou "pardos", se identificam como negros ou afro-descendentes, e os brancos se classificam em diferentes culturas e etnias? Mais amplamente, será que um quesito que buscasse medir diretamente a origem étnica das pessoas não poderia fornecer uma informação sociológica e culturalmente mais rica e significativa que a de "cor"?

Os resultados confirmam que o Brasil não tem linhas de demarcação nítidas entre populações em termos de características étnicas, lingüísticas, culturais ou históricas, o que faz com que qualquer tentativa de classificar as pessoas de acordo com estas categorias esteja sujeita a grande imprecisão. Isto não significa, no entanto, que o tema não possa nem deva ser pesquisado em termos estatísticos, que permitem o entendimento de realidades amplas e significativas, ainda que de delimitação pouco nítida. Esta imprecisão não deve ser entendida como um erro que pudesse ser corrigido com uma categorização ou classificação mais

---

<sup>3</sup> A Pesquisa Mensal de Emprego abrange as áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife. Os dados apresentados estão expandidos para o universo da população de referência.



precisa; mas como uma característica necessária de um dado que reflete percepções e identidades difusas, que podem inclusive variar para a mesma pessoa, conforme o contexto ou o tipo de questão que lhe é apresentada.<sup>4</sup>

### **Cor ou raça**

As perguntas abertas e fechadas sobre cor ou raça permitem examinar a pertinência ou aceitação, pelos entrevistados, das categorias usuais do IBGE. Em total, foram encontradas quase 200 respostas diferentes para a questão de "raça ou cor". Estes dados são semelhantes aos encontrados em pesquisa do IBGE de 1976. Os principais resultados são os do quadro 1. Eles confirmam que, enquanto que a maioria da população "branca" utiliza este termo para se definir, o termo "preto" é rejeitado pela maioria da população classificada nesta cor (ainda que seja a categoria predominante no grupo). A rejeição é ainda mais forte entre os "pardos" e, sobretudo, os "indígenas" (ainda que o número de indígenas em uma pesquisa urbana como a PME seja necessariamente muito pequeno). O quadro mostra ainda uma grande preferência pela expressão "morena", utilizada com intensidade por todos os grupos. O termo "moreno" tem uma conotação positiva, e reflete bem o caráter difuso das linhas de divisão étnicas e raciais no Brasil. As denominações listadas no quadro 1 resultaram de uma ligeira recodificação das respostas registradas na pesquisa, adotando geralmente a forma feminina quando existem os dois gêneros da mesma palavra ("morena" por "moreno" ou "morena"), e unificando variações de ortografia e erros mais óbvios de codificação.

---

<sup>4</sup> Comentando a questão da cor nos recenseamentos de 1940 e 1950, Giorgio Mortara observava que "em ambos os casos foi evitada a especificação dos critérios conforme os quais deviam ser aplicadas as diversas qualificações da cor, deixando-se a discriminação ao uso local, que varia sensivelmente de lugar para lugar e está sujeito, também a se modificar através do tempo. Logo, nem os resultados de cada censo para as diversas Unidades da Federação, nem os resultados dos dois censos de 1940 e de 1950 para cada Unidade, são rigorosamente comparáveis entre si". Todavia, o mesmo autor, baseado em suas análises sobre a fecundidade e a mortalidade resultantes destes dois censos, segundo a cor, acaba por concluir que "apesar dos limites incertos e variáveis entre os diversos grupos, se revelam diferenças bem marcadas e concordantes com as que a observação direta individual da realidade brasileira fazia entrever". (citado em (Berquó, Bercovich *et al.*, 1986), p. 4.

Quadro 1 - Cor ou raça que melhor identifica a pessoa\*

Cor ou raça que melhor identifica a pessoa (6 regiões metropolitanas)							
	Classificação IBGE						Total
	branca	preta	amarela	parda	indígena	sem resposta	
<b>Total</b>	19.964.343	3.182.365	430.783	10.071.960	300.238	205.319	34.155.009
<b>percentagem</b>	58.5%	9.3%	1.3%	29.5%	0.9%	0.6%	100.0%
<b>Respostas abertas:</b>							
branca	91.08	0.65	5.92	1.31	4.08	39.15	54.03
morena	4.86	13.94	6.19	53.96	61.73	16.14	20.77
parda	0.18	1.53	0.63	33.92	2.50	8.70	10.33
preta	0.03	44.41	0.09	0.25	0.80	1.14	4.24
negra	0.02	30.92	0.04	0.68	1.76	3.12	3.13
morena clara	1.89	0.45	1.85	5.61	7.36	1.63	2.90
amarela	0.05	0.03	82.08	0.03	0.12		1.08
mulata	0.02	2.11		1.89	1.25	1.15	0.79
clara	1.15	0.03	0.73	0.31	0.13	0.19	0.77
escura	0.00	3.21		0.20	0.54	0.70	0.37
morena escura	0.02	1.81	0.04	0.82	2.11	0.37	0.44
brasileira	0.19	0.03	0.04	0.02		0.57	0.12
indígena			0.04	0.01	12.93	0.09	0.12
japonesa	0.01		1.28				0.02
sem resposta	0.13	0.16		0.13	0.12	26.96	0.29
outras denominações	0.37	0.73	1.07	0.87	4.66	0.09	0.60
<b>Total (%)</b>	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

\* Este quadro corrige a linha das respostas abertas dos japoneses, em relação ao publicado originalmente (nota de abril de 2003).

## Origem

Em relação a este item, o que se procurou foi uma "origem" com a qual a pessoa se sinta identificada, e por isto a questão no pré-teste foi formulada em termos de "qual a origem que o senhor(a) considera ter?", sem nenhuma especificação maior quanto ao sentido do termo. A dificuldade da questão é que as pessoas se classificam por critérios muito distintos. Para os descendentes de populações de migração mais recente (alemães, italianos, japoneses, que chegaram ao Brasil a partir da virada dos séculos XIX e XX, até a Segunda Guerra), o termo "origem" se refere ao país de origem dos pais ou avós. Para a população negra, uma eventual origem deste tipo teria que se referir a um passado africano longínquo, uma referência muito pouco utilizada. Os dados mostram que muitas pessoas entenderam "origem" em termos raciais, e outras em termos de regiões, estados e cidades de origem, ainda que a maioria tenha entendido a pergunta em termos de nacionalidade.

A questão sobre origem foi formulada de duas maneiras: uma pergunta aberta, com três possibilidades, e outra fechada, com 12 alternativas, permitindo múltipla escolha. O quadro 2 apresenta a distribuição das respostas múltiplas sobre origem na forma fechada, e o quadro 3 dá a distribuição das respostas abertas por cada resposta fechada. Ele permite examinar a concordância entre as respostas em uma ou outra modalidade de pergunta. Assim, cerca de 69% dos que se identificam como de origem japonesa na pergunta fechada também se identificam como tal na pergunta aberta. Por outro lado, somente 26% dos negros identificados nas alternativas fechadas também expressam esta identidade na questão aberta. O quadro 4 lista todas as demais origens que apareceram na questão aberta, com pequena frequência.

Quadro 2 - Origens (respostas múltiplas a pergunta fechada)

Origens (respostas múltiplas a pergunta fechada)			
Origem	Total de respostas	% das respostas	% das pessoas
Africana	702.855	1,5	2,1
Alemã	1.209.160	2,7	3,6
Árabe	164.615	0,4	0,5
Brasileira	29.404.040	64,5	86,6
Espanhola	1.503.516	3,3	4,4
Indígena	2.266.692	5,0	6,7
Italiana	3.555.057	7,8	10,5
Japonesa	456.050	1,0	1,3
Judaica	67.056	0,1	0,2
Negra	1.739.081	3,8	5,1
Portuguesa	3.571.590	7,8	10,5
Outra	959.894	2,1	2,8
Total	45.599.607	100	134,3
sem resposta	212.883		

Quadro 3 – Origens – respostas à questão aberta, por respostas à questão fechada

Quadro 3: origens: respostas à questão aberta por respostas às alternativas pre-codificadas.

Origem (resposta à primeira pergunta aberta)	Origem (pre-codificada)												Total
	Africana	Alemã	Árabe	Brasileira	Espanhola	Indígena	Italiana	Japonesa	Judaica	Negra	Portuguesa	outra	
Brasileira	27.21%	22.65%	29.94%	<b>85.71%</b>	33.93%	39.45%	33.08%	20.97%	39.11%	54.03%	36.10%	28.74%	67.81%
Italiana	3.97%	6.08%	6.88%	2.20%	7.40%	4.66%	47.59%	2.61%	6.05%	2.33%	7.47%	7.67%	6.72%
Portuguesa	6.38%	2.98%	4.52%	1.99%	5.71%	6.27%	4.62%	1.90%	4.00%	2.55%	<b>41.24%</b>	<b>7.10%</b>	5.84%
indígena	5.67%	2.57%	1.57%	1.41%	2.43%	<b>33.59%</b>	2.35%	1.26%	<b>5.63%</b>	5.52%	3.10%	2.44%	3.53%
Alemã	0.89%	<b>58.42%</b>	4.14%	0.90%	2.91%	2.17%	3.06%	0.82%	<b>5.64%</b>	0.80%	2.21%	4.34%	2.91%
Espanhola	1.03%	1.09%	1.06%	0.70%	<b>41.65%</b>	2.61%	4.02%	0.08%	0.00%	0.83%	3.19%	3.99%	2.69%
Negra	4.22%	0.66%	1.16%	0.97%	0.56%	3.29%	0.63%	0.92%	1.46%	<b>28.26%</b>	1.63%	0.62%	2.10%
Africana	<b>45.59%</b>	0.77%	0.93%	0.50%	0.33%	2.07%	0.37%	0.13%	0.81%	2.56%	1.24%	0.27%	1.40%
Japonesa	0.00%	0.08%	0.48%	0.27%	0.05%	0.04%	0.16%	<b>68.89%</b>	0.00%	0.07%	0.22%	0.23%	0.91%
Polónia	0.05%	0.42%	0.00%	0.10%	0.30%	0.12%	0.24%	0.00%	<b>6.46%</b>	0.01%	0.18%	<b>6.81%</b>	0.28%
Árabe	0.19%	0.47%	<b>34.20%</b>	0.09%	0.37%	0.12%	0.17%	0.17%	2.11%	0.06%	0.35%	0.39%	0.27%
Libanesa	0.00%	0.04%	6.29%	0.03%	0.10%	0.02%	0.04%	0.00%	1.62%	0.02%	0.08%	1.84%	0.10%
Sina	0.00%	0.09%	1.95%	0.02%	0.00%	0.04%	0.01%	0.00%	0.00%	0.02%	0.06%	1.11%	0.06%
Judaica	0.00%	0.03%	0.00%	0.02%	0.01%	0.00%	0.01%	0.00%	<b>16.73%</b>	0.00%	0.01%	0.13%	0.04%
Iraquiano	0.00%	0.00%	0.11%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
Outras denominações	<b>4.81%</b>	<b>3.85%</b>	<b>6.75%</b>	<b>5.08%</b>	<b>4.24%</b>	<b>5.55%</b>	<b>3.64%</b>	<b>2.25%</b>	<b>10.18%</b>	<b>4.93%</b>	<b>2.92%</b>	<b>34.32%</b>	<b>5.35%</b>



Quadro 4 – Outras denominações de origem de baixa frequência

outras denominações de origem de baixa frequência (menos de 1%)
Acreana, africana negra, agricultor, Alagoana, alvo, amarela, americana, Angola, Aracaju, Araçatuba, Arceripina, Argentina, Arraial, austríaca, baiana, Barretos, Belém, belga, boliviana, Bom Jesus, branca brasileira, brasileira cigana, brasileira espanhola, brasileira italiana, brasileira negra, brasileira polonesa italiana, brasileira Soares Fidelis, Brasília, bugre, búlgara, cabocla, campina, Campina Grande, campista, Campo Grande, Campos, capixaba, carioca, Caruaru, castelhana, Catanduva, catarinense, cearense, Checoslováquia, chilena, chinesa, cigano, colombiana, Cordeiro, croata, decor, desconhecida, Dinamarca, egípcia, equatoriana, escandinavo, escandinavo romeno, escocesa, escrava, escura, eslovena, espanhola alemã, espanhola indígena italiana, Espírito Santo, Estado do Rio, estoniana, estrangeira, EUA, Europa, Ferraz de Vasconcelos, fluminense, Fortaleza, friburguense, Garanhuns, gaúcha, germânica, goiana, grega, grego e turco, gringo, guaraní, Guarulhos, húngara, indiana, indígena bugre, indígena cabocla, indígena italiana, indígena negra, indígena negra brasileira, índio brasileiro, inglesa, interior, irlandesa, israelense, israelita, italiana brasileira, italiana portuguesa, Itagua, Itu, iugoslavos, João Pessoa, Lagarto, Lagado, Lagoa dos Gatos, Limociro, Lituânia, Luxemburguesa, Magiano, Marajó, maranhense, Marelono, Mato Grosso, mestiça, Mineira, Miracema, mística, mistura de raça, misturado, morena, morena branca, morena clara, morena escura, morena preta, mulata, não entendo, não sabe, Natal, nego, negra africana, nipônico, nissei, nordestina, Norte, Norte Americana, Nortista, Norueguês, Nova Iguaçu, Olinda, oriental, oriental síria, Orobo, Panamenha, Paraguai, paraibana, Paraná, Parda, Parente, Parente de índio, paulista, peloduro, Peri, pernambucana, peruana, Petrópolis, Piauí, Poa, polonesa italiana, polonesa italiana brasileira, polonesa italiana espanhola, portuguesa, portuguesa alagoana, portuguesa italiana, potiguar, Pouso Alegre, Preta, Preta negra, Puri, raça branca, Recife, RG Norte, RG Sul, Rio de Janeiro, Romena, Rondônia, Ruim, Rússia, Salvador, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Miguel, Sarará, Sergipana, Serra Talhada, Sertanija, Sto Antônio do Rio Pardo, Suécia, Suíça, Suzano, Taguairetinga, tailandesa, Taubaté, Tíbetanos, Tupi, Tupi Guarani, Turca, Turquesa, Ucrânia, União Soviética, Uruguai, Valência, Venezuela, Vitória.

Chama a atenção, nestes resultados, a situação peculiar da resposta "brasileira", como uma das possíveis origens. 86.6% dos respondentes se identificaram como brasileiros na questão fechada, que permitia múltiplas escolhas. No entanto, existe uma grande variação entre os grupos de origem em relação a esta escolha, como indicado no quadro 5. Este quadro mostra que entre as pessoas que se identificaram como alemãs, por exemplo, 56.30% se identificaram como brasileiras, e as demais, 43.70%, não o fizeram. Existe bastante coerência neste quadro. As populações mais antigas no país - negros, africanos, indígenas - marcam mais sua identidade brasileira, enquanto que os de migração mais recente ficam entre 40 e 60%. É curiosa a situação do grupo de origem judaica, que se origina de lugares muito distintos, como indicado no quadro 3, e uma proporção bastante alta, em relação a outros grupos de migração recente, se identificando também como brasileiros. Como é de se esperar, existem grandes variações entre as regiões do país quanto a esta identidade brasileira: em Recife, 96% das pessoas se declaram brasileiras, número que cai para cerca de 83% em São Paulo, e 70% em Porto Alegre. O significado mais amplo destes dados só pode ser entendido

Quadro 6 – Cor ou raça por origem

Cor ou raça por origem (*)		Porcentagens:					
	Total	branca	preta	Amarela	parda	Indígena	sem resposta
Total	19.964.343	3.182.365	430.783	10.071.960	300.238	205.319	34.155.009
Africana	0,58%	9,64%	0,75%	2,59%	4,09%	1,92%	2,06%
Alémã	5,51%	0,81%	0,32%	0,72%	2,13%	1,80%	3,54%
Árabe	0,72%	0,07%	0,54%	0,15%	0,06%	0,47%	0,48%
Brasileira	83,11%	88,62%	44,79%	93,99%	75,67%	55,75%	86,09%
Espanhola	6,42%	0,78%	1,12%	1,69%	3,28%	5,70%	4,40%
Indígena	4,80%	6,94%	3,07%	8,89%	54,28%	7,79%	6,64%
Italiana	15,72%	1,36%	2,75%	3,20%	6,00%	10,49%	10,41%
Japonesa	0,62%	0,16%	70,79%	0,20%	0,51%	0,49%	1,34%
Judáica	0,25%	0,09%	0,23%	0,12%	0,20%	0,10%	0,20%
Negra	1,30%	22,05%	1,66%	7,35%	7,52%	4,17%	5,09%
Portuguesa	14,50%	2,54%	2,84%	5,30%	8,53%	12,21%	10,46%
outra	4,05%	0,45%	3,96%	1,03%	3,26%	2,76%	2,81%

(\*) questões fechadas, respostas múltiplas de origem. As porcentagens são sobre o total de pessoas

Cor ou raça, origem e condições de vida

O quadro 7 é uma primeira aproximação à questão das diferenças de condição de vida das populações, em função de cor ou raça e origem. Ele confirma as importantes diferenças de rendimentos médios entre pretos, pardos e indígenas, por um lado, e brancos e amarelos por outro. Dentro da categoria "branca", aparecem diferenças bastante significativas, com pessoas de origem árabe e judaica em um patamar de renda mais alto, os de origem portuguesa, espanhola, japonesa e italiana em um patamar intermediário, e os "brasileiros" em um patamar mais baixo. Na população "preta", os níveis de renda são consistentemente baixos, enquanto que, entre os "amarelos", sobressai a renda dos que se identificam como japoneses. As variações de renda da população "parda" estão associadas à identificação de

alguma origem estrangeira: os de origem italiana, japonesa, portuguesa e espanhola, entre outros, tendem a ter renda cerca de 50% superior em média aos "brasileiros". Note-se também que os "pardos" que se identificam como "africanos" têm uma renda média significativamente superior à dos que se consideram somente como "brasileiros", sugerindo que a identificação com uma origem africana está associada a uma posição social, e provavelmente educacional, mais elevada dentro do grupo. Um quadro semelhante ao dos "pardos" ocorre com a população indígena.

Quadro 7 – Salário mensal médio, por cor ou raça e origem

Quadro 7 - Salário Mensal Médio, por cor ou raça e origem (10 ou mais casos, pessoas com renda declarada)

	branca	preta	amarela	parda	indígena	sem resposta	Total
alemã	976.59	490.06	-	504.98	456.6	-	931.06
árabe	1759.26	-	-	562.22	-	-	1654.52
africana	698.84	515.3	230	496.14	469.63	337.79	535.99
brasileira	778.09	384.81	1379.03	431.64	495.05	702.91	630.43
espanhola	1134.55	589.15	-	584.48	531.26	1037.93	1058.16
indígena	645.93	404.91	363.35	464.77	493.36	521.2	537.53
italiana	1135.66	571.52	286.83	655.5	597.97	1051.63	1080.17
japonesa	1038.87	-	1719.14	978.07	-	-	1505.66
judaica	2047.24	-	-	547.84	-	-	1756.47
negra	651.16	438.77	291.75	437.46	398.12	-	467.19
portuguesa	1071.97	583.29	653.34	619.86	489.48	634.93	982.65
outra	1260.37	346.46	-	562.01	1104.71	-	1161.21
<b>Total</b>	<b>848,41</b>	<b>400,84</b>	<b>1462,72</b>	<b>440,14</b>	<b>515,07</b>	<b>695,79</b>	<b>688,98</b>

Estas diferenças não se devem, simplesmente, à condição de cor ou origem das pessoas, mas se devem em grande parte ao lugar em que eles vivem, sua ocupação e, sobretudo, seu nível educacional. De fato, ainda que as diferenças de rendimento por cor ou raça e origem sejam significativas, elas são claramente menos importantes do que diferenças em educação, como se pode ver no gráfico 1.



Uma outra maneira de examinar o sentido destas auto-classificações de cor, raça e origem é ver sua distribuição pela idade das pessoas, conforme os gráficos a seguir. O gráfico 2 mostra que a proporção de pessoas que se identificam como "brancas" diminui sistematicamente para os grupos mais jovens, enquanto que aumenta a dos "pardos", ficando constante a de "pretos". Uma interpretação possível seria que os brancos vivem mais, e os pardos, menos. Se isto fosse assim, no entanto, a proporção de "pretos" também cairia, já que as condições de vida deste grupo é semelhante à dos pardos. A outra interpretação, que parece mais plausível, é que as gerações mais novas se sentem mais à vontade para se identificarem como pardos do que as mais velhas.

**As transformações no tempo**

sociedade brasileira. O rendimento varia em função de cor ou raça entre 466,12 reais para pardos e 1.130,00 para "amarelos" ou orientais, um aumento de 2,4 vezes; mas varia entre 178,00 e 1.762,00 entre os que não têm educação e os mais educados, uma diferença de 9,9 vezes. É claramente a educação, e não a cor, raça ou origem, o grande fator de desigualdade na sociedade brasileira.

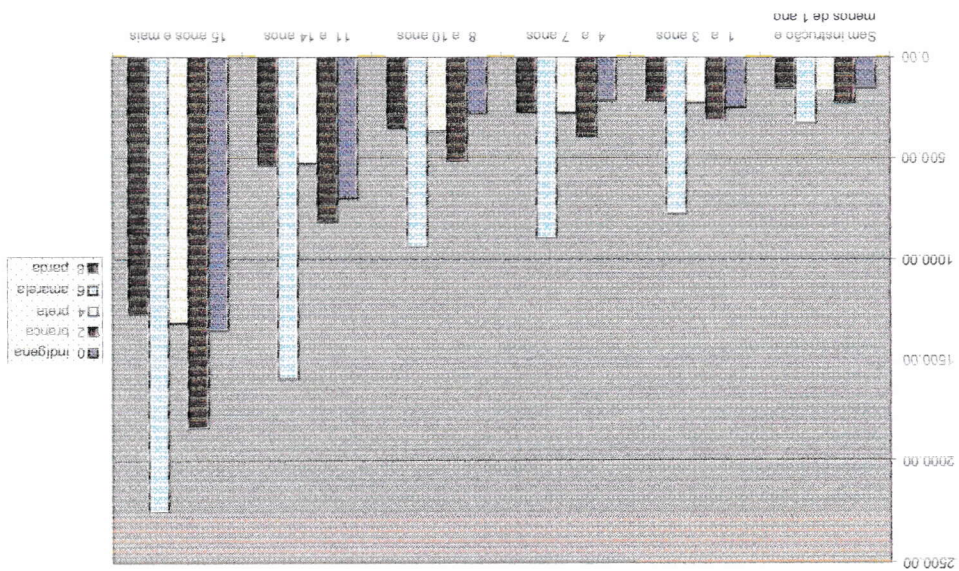
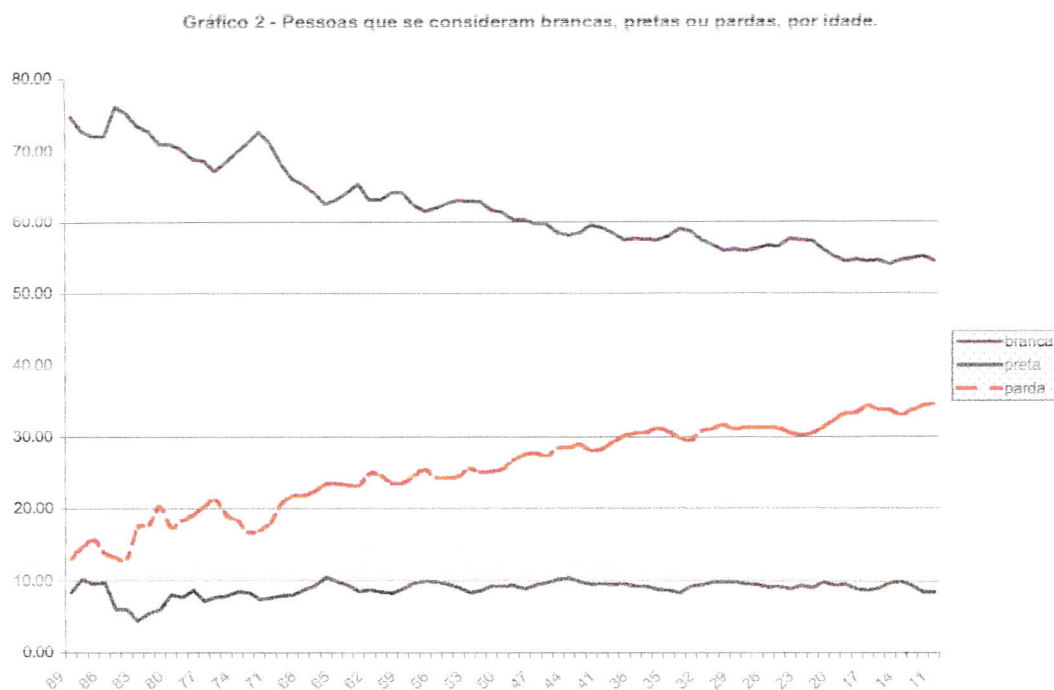


Gráfico 1 - Renda média mensal por educação, por grupos de cor (PNAD 1997)

Gráfico 1 - Renda média mensal por educação, por grupos de cor



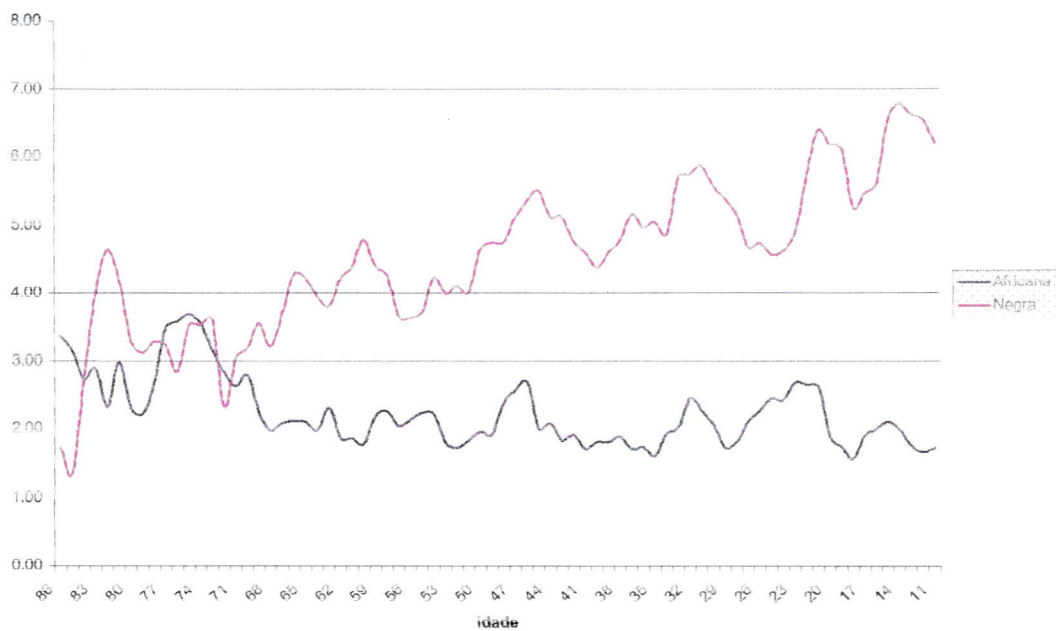
Gráfico 2 – Pessoas que se consideram brancas, pretas ou pardas, por idade



O gráfico 3, com as variações de identidade africana ou negra por idade, mostra um padrão bastante claro, que é que a identidade africana diminui, mas a identidade negra aumenta progressivamente. Este resultado é bastante coerente com a idéia de que a identidade negra começa a ser afirmada por grupos mais jovens, como atitude moderna, o mesmo não ocorrendo, no entanto, com a identificação com um passado africano, que seria uma imagem mais tradicional. O gráfico 4, com as variações da identidade brasileira, italiana e portuguesa por idade mostra que o processo de assimilação dos principais grupos de imigrantes europeus avança de forma sistemática com o tempo, reduzindo-se bastante para as populações mais jovens.

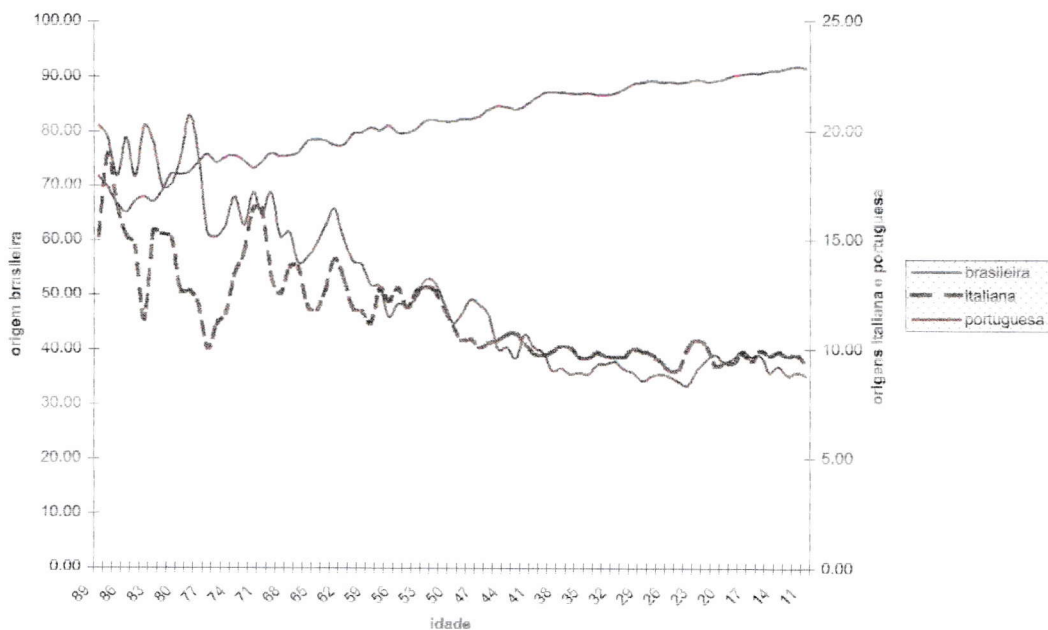
**Gráfico 3 – Pessoas e origem africana e negra, por idade**

Gráfico 3: pessoas de origem africana e negra, por idade (médias móveis)



**Gráfico 4 – origens brasileira, italiana e portuguesa, por idade**

Gráfico 4 - origens brasileira, italiana e portuguesa, por idade



## Conclusão

A análise dos dados sobre cor, raça e origem mostra que não é possível, simplesmente, substituir "cor ou raça" por origem, porque só uma parcela da população "preta" ou "parda" se identifica como de origem africana ou negra. Por outra parte, os dados de origem mostram diferenças bastante significativas entre grupos de origem dentro dos diversos grupos de cor ou raça, sobretudo entre os brancos e pardos, e permite uma exploração mais profunda das características dos grupos "amarelo" e indígena. Isto significa que faz sentido estudar a população brasileira tanto do ponto de vista de sua "raça" ou "cor" como do ponto de vista de sua "origem", já que estes dois pontos de vista apresentam recortes diferentes, e ajudam a entender mais em profundidade a realidade brasileira.

No passado, era muito comum a noção de que a população brasileira tendia a se integrar e miscigenar do ponto de vista racial e étnico, que as diferenças entre grupos na sociedade eram todas devidas a situações de classe, e que pesquisar informações relacionadas com "raça" não acrescentaria nada de novo, podendo criar toda uma linha de problemas e tensões raciais das quais o Brasil estaria imune. Hoje já não há quase quem sustente este ponto de vista, e o tema da "raça", com todas as dificuldades que apresenta, tem sido objeto de pesquisas e análises com resultados bastante significativos. Por comparação, o tema das origens continua sendo pouco tratado, quem sabe se pela pouca legitimidade das diferenças de origem na cultura brasileira, conforme observado por Oracy Nogueira, que se acentuaram de forma dramática nas décadas de 30 e 40, quando o governo brasileiro reprimiu de forma muitas vezes violenta as tentativas de populações migrantes de manter suas línguas maternas na vida diária e na educação de seus filhos. Confundido com a mobilização da guerra contra o Eixo, estes episódios de intolerância nacionalista contra as minorias alemãs, italianas e japonesas nunca chegaram a ser objeto da revisão crítica e das reparações que necessitariam.

As grandes e significativas diferenças que as pesquisas mostram existir entre os diferentes grupos étnicos ou culturais brasileiros mostram que este tema merece um lugar de destaque na análise de nossa realidade. Estes dados abrem caminho para que possamos identificar situações de discriminação, que parece afetar os grupos negros, pardos e indígenas, assim como formas peculiares de organização e ação social típicas de determinados grupos de imigrantes, que podem ajudar a entender a maneira pela qual eles se posicionam, e são percebidos pelo resto da sociedade brasileira. Estes dados também nos dizem, pela sua

própria fluidez e imprecisão, e pelas importantes variações que se dão entre gerações, que não seria recomendável que instâncias administrativas resolvessem assumir a responsabilidade de classificar as pessoas do ponto de vista étnico, usando uma classificação qualquer. O principal resultado desta análise parece ser que a população brasileira, em sua grande maioria, se recusa a ser classificada de uma ou outra forma, muda suas identidades com o tempo, e esta permeabilidade cultural e social do país, que existe apesar das grandes desigualdades de oportunidade que persistem, deve ser respeitada.

A Comissão consultiva do Censo do ano 2000 se reuniu no IBGE em Dezembro de 1998, e foi informada dos resultados desta pesquisa. Depois de amplo debate, os membros da Comissão resolveram, por maioria, recomendar ao IBGE que mantivesse no Censo do ano 2000 a pergunta sobre "cor ou raça" tal como ela tem sido aplicada até aqui, e não incluisse uma nova questão sobre origem. Diversas alternativas para melhorar a questão sobre "cor ou raça" foram discutidas, e descartadas. Substituir a cor "parda" por "morena" provocaria menos rejeição por parte dos entrevistados, mas esta alternativa reuniria tantas respostas que se tornaria ainda mais difusa, e por isto difícil de interpretar, do que a forma atual. Substituir "preto" por "negro", eliminando a alternativa "pardo", significaria forçar, para o Brasil, uma visão da questão racial como uma dicotomia, semelhante à dos Estados Unidos, que não seria verdadeira. A alternativa seria abrir espaço para pesquisar a existência da categoria de "negro" ou "afro-descendente" como origem, reunindo então os pretos e pardos, permitindo desta forma que as pessoas que se classificariam como "pardas" pudessem expressar seu pertencimento à população e à cultura negra ou de origem africana. Uma questão ampla sobre origem permitiria, ao mesmo tempo, reintroduzir ou introduzir no país a consideração das questões de origem de forma mais ampla. Os resultados aqui relatados mostraram que muito poucas pessoas se reconhecem como "afro-descendentes", e que o termo "negro" não encontra no Brasil o sentido equivalente ao de "black" nos Estados Unidos. Apesar de a questão de origem ter mostrado outros resultados significativos, a Comissão considerou que esta nova questão seria de difícil formulação e entendimento em um censo nacional, aumentando os custos de um questionário já extremamente complexo, e que a questão da origem poderia ser pesquisada em maior profundidade em pesquisas amostrais, como a PNAD, até que houvesse um maior amadurecimento sobre sua formulação mais adequada. De fato, a única diferença entre o Censo e uma pesquisa amostral como a PNAD é que o Censo permite informações a nível de municípios e sub-municípios, o que é impossível fazer com a PNAD, dado o



tamanho da amostra, mas não existem razões suficientes que requeriam que a informação de origem deva ser obtida e processada a nível de cada município do país. Assim, é provável que o tema das diferentes origens da população brasileira passe a ser estudado com mais profundidade daqui por diante, e que a questão da "cor" ou raça reciba também diferentes abordagens, e que que estas novas abordagens encontrem acolhida no censo brasileiro de 2010.

#### Referências

- Berguó, R., A. Bercovich, *et al.* Estudo da dinâmica demográfica da população negra no Brasil. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos de População, 1986, 59 p. (Texto NEPO)
- Nogueira, O. Tanto preto quanto branco estudos de relações raciais. São Paulo: T.A. Quatroz, 1985, xiii, 133 p. (Biblioteca básica de ciências sociais)
- Sanson, L. Nem somente preto ou negro. Áfro-Ásia, v.18, p.165-87, 1996.

Nos  
Arquivos

## O Projeto UNESCO na Bahia<sup>1</sup>

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães  
Departamento de Sociologia – USP

A série de estudos sobre relações raciais que a Unesco patrocinou no Brasil entre 1950 e 1953 foi decisiva para que jovens cientistas sociais brasileiros e estrangeiros refletissem de modo articulado e comparativo sobre a integração e a mobilidade social dos negros na sociedade nacional brasileira. Nomes que despontavam no Brasil - tais como Florestan Fernandes, Thales de Azevedo, L. A. Costa Pinto, Oracy Nogueira, René Ribeiro - ou jovens estudantes norte-americanos - tais como Marvin Harris (1952), Hutchinson (1952) e Ben Zimmermann (1952 -), com a cooperação de mestres já estabelecidos - tais como Roger Bastide e Charles Wagley - e o acompanhamento vigilante de outros - tais como Gilberto Freyre e Donald Pierson -, produzissem o mais importante acervo de dados e análises sociológicas sobre o negro brasileiro. O projeto UNESCO, como sabemos, não se deveu inteiramente à iniciativa da UNESCO, nem mesmo ao seu exclusivo financiamento. Tanto a *Revista Anhembi*, em São Paulo, quanto, na Bahia, o *Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia - Columbia University* foram igualmente responsáveis pelo financiamento e, na verdade, já haviam dado início aos estudos antes que a UNESCO decidisse realizá-los. Do mesmo modo, ainda que sem se responsabilizar pelo financiamento, o *Teatro Experimental do Negro* e o *I Congresso Nacional do Negro*, através de seus principais intelectuais - como Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento e Edison Carneiro - influenciaram, ainda que indiretamente, seja o desenho do projeto, seja a sua realização no Rio de Janeiro, seja, principalmente, o modo como tais estudos foram recebidos e divulgados no Brasil.

motivações  
para o  
projeto

Tal ciclo de estudos não apenas projetou internacionalmente jovens pesquisadores (que em sua maioria não tinham antes estudado relações raciais), como procedeu também

<sup>1</sup> Comunicação ao Colóquio Internacional "O projeto Unesco no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois", Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, entre 12 e 14 de julho de 2004.

[http://www.flech.usp.br/sociologia/asorg/O\\_Projeto\\_20\\_UNESCO\\_20\\_ma\\_20\\_Bahia.pdf](http://www.flech.usp.br/sociologia/asorg/O_Projeto_20_UNESCO_20_ma_20_Bahia.pdf)

a dois outros importantes feitos: primeiro, ampliou o foco espacial dos estudos de relações raciais, incluindo o mundo rural brasileiro do norte e nordeste, e transformando o sudeste e o sul em áreas privilegiadas desses estudos; segundo, contrapôs às autoridades monopolísticas de Gilberto Freyre e Arthur Ramos e, secundariamente, de Donald Pierson, novas autoridades concorrentes, como Bastide, Florestan, Thales, Oracy e René Ribeiro. A melhor síntese desse projeto está em dizer, como o fez o próprio Thales de Azevedo, dezoito anos depois, que a constatação da existência do preconceito racial no Brasil fora uma das suas mais importantes descobertas. Vale a pena citar o trecho integral:

“Aí [na sua monografia *Elites de cor*] se verifica que, na mais mestiçada população urbana do país, apesar de um ideal fusionista e integracionista, o oposto moral do racismo, atua um preconceito étnico cautelosamente disfarçado pela ideologia da não-discriminação; outra verificação é a da mobilidade individual a despeito da cor” (Azevedo 1969: 16)

“descoberta”  
do  
racismo

De fato, é lendo os trabalhos realizados na Bahia, especialmente o de Thales, que melhor se pode apreciar a tensão gerada pelos deslocamentos regionais e interpretativos ensejados pelo chamado projeto UNESCO. Sem terem dado uma resposta unívoca e peremptoriamente positiva à pergunta: “existe preconceito racial no Brasil?”, que polemizasse com a literatura sociológica já produzida por Pierson (1971) ou Frazier (1942), e sem rever a história social já estabelecida por Freyre (1933, 1936), como procuraram fazer os estudos UNESCO em São Paulo; na Bahia, os estudos dirigidos por Wagley (1952) e Azevedo (1953), exploraram e aprofundaram pistas levantadas por Freyre, Ramos (1971), Frazier (1942), Herskovits (1942), Pierson (1971), Park (1971), e outros pioneiros, para avançar na compreensão do que era “cor” e o que poderia ser entendido como “preconceito de cor”.

diferentes  
rumos  
na  
Bahia  
+ em  
São Paulo

Nessa comunicação procurarei estabelecer os seguintes pontos: primeiro, que os estudos UNESCO não podem ser vistos como os primeiros estudos de relações raciais brasileiros, pioneirismo metodológico e teórico que cabe ao estudo de Donald Pierson, orientado por Robert Park, havia uma década; segundo, que antes se tratava de seguir pistas e verificar hipóteses levantadas pelas gerações anteriores. Ademais, parto de um pressuposto que era totalmente transparente na Bahia ou Pernambuco daquela época: não

haveria tempo hábil ou expertise disponível para proceder à revisão da história social dessa região, estabelecida por Freyre havia duas décadas.

### Donald Pierson, o pioneiro

*Pretos e Brancos na Bahia*, publicado em português em 1945, foi de fato o raio-em-céu-azul que veio alterar os hábitos metodológicos e teóricos da nascente antropologia cultural brasileira. Arthur Ramos, que escreve a introdução à edição brasileira, nota com precisão:

“É verdade que, desta vez, o plano de trabalho de Pierson era inteiramente novo entre nós. Embora muita coisa estivesse escrita sobre relações de raça, o assunto foi mais estudado no plano da história social do que no da pesquisa regional, num dado tipo de sociedade e na época atual. De outro lado, o ponto de vista agora abordado era inteiramente diverso dos objetivos propriamente antropológicos dessa já hoje extensa fileira de nomes, que vêm desde Nina Rodrigues.” (Pierson 1971:68)

Essa mudança fora gestada nos Estados Unidos desde os anos 1910, quando os primeiros cientistas sociais negros americanos, seguindo Franz Boas, desfizeram-se da armadilha da definição biológica de “raça”, que explicava a condição social dos negros a partir da hipótese de sua inferioridade inata, para realçarem, analisarem e discutirem a heterogeneidade social, política e cultural do meio negro, concentrando-se na hipótese de que a discriminação racial era o principal obstáculo para o progresso social, político e cultural dos negros naquele país (Williams Jr. 1996). A outra vertente boasiana, aquela desenvolvida por Herskovits em seus estudos de aculturação, fora paulatinamente sendo marginalizada pela sociologia que faziam os intelectuais negros, mais interessados em realçar as oportunidades e as condições de vida como determinantes da situação social e das atitudes pessoais e coletivas, em detrimento de fenômenos culturais.

De fato, para esses intelectuais, entre os quais podemos citar Du Bois, Monroe Work, Brooker Washington, Alain Locke, entre outros, o transpasse do paradigma de raça em Boas significava afirmar que as diferenças raciais (biológicas), ainda que não inteiramente negadas, não poderiam ser responsabilizadas (a) pela falta de integração do negro nas sociedades americanas; (b) pelo seu desempenho inferior em relação ao branco. Os fatores explicativos mais importantes para ambos os fenômenos seriam, ao contrário: o preconceito, a discriminação e a segregação raciais. A explicação pela “cultura”, que

25-14  
28-10

monismo  
de  
Donald  
Pierson



segundo Herskovits poderia ser um fator condicionante das dificuldades da integração, adquirira, nos anos 1940, um caráter “conservador” que só foi ultrapassado depois dos 1960, quando a política de identidade passou a ser o principal foco do ativismo negro.

A agenda de pesquisa que Pierson trouxe para a Bahia em 1935, como aluno de doutorado em Chicago, sob a orientação de Robert Park, incorporava já a preocupação principal com a integração e a mobilidade social dos negros, a hipótese de que o preconceito racial seria o principal obstáculo a essa integração, em detrimento dos aspectos de aculturação, conforme os ensinamentos de Park, que teorizou o ciclo da assimilação social, e a teorização peculiar de Herbert Blumer sobre o preconceito racial.

Quando Park introduz o livro de Pierson ao público americano é muito claro em apontar o significado do Brasil como laboratório de relações raciais:

“Fato que torna interessante a “situação racial” brasileira, é que tendo uma população de côm proporcionalmente maior que a dos Estados Unidos, o Brasil não tem “problema racial”. Pelo menos é o que se pode inferir das informações casuais e aparentemente desinteressadas de visitantes desse país que indagaram sobre o assunto [referindo-se a James Bryce e Theodore Roosevelt]. (Park 1971: 82)

“Esta tendência [“do Brasil absorver a gente de cor”], entretanto, não é simplesmente fato histórico e biológico; é antes manifestação de uma ideologia (policy) nacional, na medida em que se pode dizer que o Brasil tem uma ideologia relativa a gente de cor.” (Park 1971: 82-3)

Todos sabem, entretanto, que Pierson já encontrou aqui, entre os acadêmicos brasileiros, uma história social do negro, desenvolvida por Gilberto Freyre, que fizera da miscigenação e da ascensão social dos mulatos as pedras fundamentais de sua compreensão da sociedade brasileira. Ou seja, para ser mais claro, eram fatos estabelecidos, já nos 1935, pelo menos entre os intelectuais modernistas e regionalistas, que (a) o Brasil nunca conhecera o ódio entre raças, ou seja o “preconceito racial”; (b) as linhas de classe não eram rigidamente definidas a partir da cor; (c) os mestiços se incorporavam lenta mais progressivamente à sociedade e à cultura nacionais; (d) os negros e os africanismos tendiam paulatinamente a desaparecer, dando lugar a um tipo físico e a uma cultura propriamente brasileiros.

exist  
da  
década  
de  
1930

O quanto essas crenças proviam mais de desejos que de realidades, refletindo mais ideais do que práticas, notou-o também Park, na mesma introdução, denotando sem dúvida a influência que Radcliffe-Brown já exercia em Chicago (Stocking 1986):

“Na realidade, a atitude do povo brasileiro em relação ao "problema racial", no que diz respeito ao negro, parece ser, no seu todo, mais acadêmica que pragmática e real. Há certo interesse etnológico pelas sobrevivências dos cultos afro-brasileiros, os chamados *candomblés*, que parecem existir em número extraordinário especialmente nas cidades do Salvador e Recife e suas vizinhanças. [...] Uma vez que a maior parte destes *candomblés* representam formas em pleno funcionamento de práticas religiosas africanas (embora evidentemente em processo de assimilação ao ritual e mitologia do catolicismo local), talvez não devam ser classificados como sobrevivências.” (Park 1971: 84)

As palavras de Park serão desdobradas, um pouco mais tarde, por um outro ex-aluno seu, Franklin Frazier, e darão origem à polêmica com Herskovits em torno do caráter da família negra na Bahia. O fato é que Arthur Ramos tinha razão: as idéias de Chicago chegaram à Bahia depois das de Evanston e, se Herskovits pode ser incorporado facilmente à tradição inaugurada por Nina Rodrigues, Pierson, no que pese ter sido antecedido pela história social de Freyre, iniciava uma nova sociologia que apenas em 1950 seria retomada por Thales de Azevedo.

Seria, todavia, enganoso se eu não apontasse o quanto da antiga problemática permanecia no novo método e nas novas teorias de Pierson, presentes principalmente na idéia de raça (que permitia que os mestiços fossem às vezes subrepticamente tratados como negros) e na manutenção de explicações genéticas. Ora, o método genético de explicação, que se confunde com o de estabelecimento de verdades fundacionais, tem em Pierson três fundamentos: (1) a existência de raças diferentes; (2) a mistura racial, ou miscigenação; (3) a mobilidade social de mestiços. Pierson atribui esta última à inexistência do *preconceito de raça*, que explicaria também, tanto a miscigenação, quanto a correspondente ascensão social dos mestiços. Restava, portanto, para entender os preconceitos de fato existentes, aquilo que ele chamou *preconceito de classe*. Nem mesmo a rígida estrutura de desigualdades na distribuição de riquezas entre brancos e negros pode contrariar o método genético, que vê as diferenças como resultado de pontos de partida diferentes e trata os mestiços socialmente embranquecidos como negros que ascenderam socialmente.

A esse respeito, há que se fazer justiça a Arthur Ramos, quando, introduzindo o livro de Pierson ao público brasileiro, em 1945, avança a hipótese de trabalho de que Thales se valerá anos depois:

“Estas conclusões podem ser comparadas com as do professor negro Frazier, [...] que também nos visitou recentemente, e que verificou a existência de um "preconceito de cor" que deveria ser distinto do "preconceito de raça". É um assunto aberto à discussão se este preconceito ligado à cor negra mais carregada coincide ou não com o status social e econômico mais baixo, o que as pesquisas de Pierson nos levam a admitir.” (Ramos 1971:96)

Em outras palavras: se não existia *preconceito racial* entre nós (tal como Blumer (1939) o definia), existiria *preconceito de cor* (tal como definido por Frazier (1942))? Ou teríamos apenas *preconceito de classe*, como queria Pierson?

*discordâncias*

Quanto a Park, escrevendo em 1942, em plena guerra, ele já antecipa a agenda que Arthur Ramos retomará em 1949, ao assumir o Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. Na *Introdução* já citada, Park pensa na nova ordem mundial que surgiria depois da guerra e vê as ciências sociais como responsáveis por prover a base empírica, científica e racional, sobre a qual se deveria edificar uma nova moral de convivência entre povos, raças e culturas diferentes; reconhecendo no Brasil um caso muito interessante a ser estudado pois aqui não existiria um “problema racial” propriamente dito, apesar da grande presença de descendentes de africanos:

“Ao sugerir a possibilidade de estudos futuros em seguida a este, estou levando em conta o seguinte: 1) que o Brasil é um dos mais importantes “melting-pots” de raças e culturas em todo o mundo, onde a miscigenação e aculturação estão se processando; 2) que o estudo comparativo dos problemas de raça e cultura provavelmente assumirá uma importância especial nesta época, em que a estrutura da ordem mundial parece estar se desintegrando devido à dissolução das distâncias físicas e sociais, sobre as quais esta ordem parece repousar. Num mundo que está atualmente em guerra, porém buscando tenazmente a paz, tornou-se evidente apenas ser possível erigir-se uma ordem política estável sobre uma ordem moral que não se confine às fronteiras dos estados nacionais.” (Park 1971: 82)

### **Charles Wagley e o Projeto da UNESCO**

A monografia escrita por Thales para o projeto UNESCO teve, porém, um outro predecessor além de *Branços e Pretos na Bahia*. Trata-se da coletânea de ensaios, resultantes de pesquisas de campo etnográficas, realizadas por Marvin Harris,



W.H. Hutchinson e Ben Zimmermann, na Chapada Diamantina, no Recôncavo e no sertão da Bahia, orientadas e publicadas sob a organização de Charles Wagley em *Race et classe dans le Brésil rural* (Paris, UNESCO, 1952), estudos que, realizados sob o guarda-chuva do Convênio Estado da Bahia – Universidade de Columbia, foram eles também encomendados pela UNESCO, segundo nos ensina Maria Brandão (1996: 16).

A qualidade dessas monografias e a agudeza da observação etnográfica de seus autores documentam as tensões raciais e a sutileza dos mecanismos discriminatórios em jogo nessas comunidades, apesar de que, no plano da teoria e da política social, as conclusões de Charles Wagley não se afastem em muito das de Donald Pierson. Diz ele:

“Concluindo, convém sublinhar que nosso estudo das relações entre grupos raciais e entre classes sociais nas regiões rurais do Brasil setentrional confirma as teorias de Donald Pierson a respeito das relações raciais em Salvador.” (Wagley 1952: 162)

“Assim, as conclusões de Pierson, concernentes essencialmente à cidade de Salvador, no estado da Bahia, se aplicam de uma maneira geral ao conjunto da região rural da região norte do Brasil” (Wagley 1952: 163)

Tais conclusões, no entanto, não conseguem esconder o grande refinamento conceitual que começa a ser elaborado pela antropologia social feita no Brasil para compreender exatamente o significado da noção nativa de *cor*, superando, seja a visão dicotômica de Frazier (*cor versus raça*), seja a dicotomia de Pierson (*raça versus classe*). Tanto é assim que Wagley já começa a teorizar sobre o que são as classes sociais, enquanto categoria nativa:

“Qualquer um que exerce uma profissão não-manual, que fez os estudos secundários, que descende de uma família honrada e conhecida e que é branco poderá, por exemplo, ser colocado na classe superior local, mesmo se é pobre. Um negro deverá preencher todas as outras condições requeridas para ser admitido nesta classe a despeito de seu tipo físico.” (Wagley 1952:159)

Do mesmo modo, o preconceito racial começa a ser percebido por baixo da densa camada de etiquetas sociais:

“Todavia, existe uma marcada preferência por certos tipos raciais, acompanhada às vezes por uma atitude de desprezo em relação a outros tipos, o que *denota a existência de um preconceito racial em todos os níveis da sociedade rural brasileira*. A pouca importância que se dá a raça na classe inferior indica contudo que este preconceito é, por assim dizer, latente e não se manifesta senão em caso

Frazier  
cor x raça  
Pierson  
raça x classe



de competição pelo acesso a um escalão superior da hierarquia social local.” (Wagley 1952: 159)

Para Wagley, o Brasil se moveria, no futuro, entre dois cenários possíveis:

1. “O desenvolvimento econômico do Brasil ... deverá permitir uma elevação generalizada do nível de vida de amplos setores da população beneficiados pelo acesso à instrução. Deste modo, as classes inferiores da sociedade, compostas em sua maioria por pessoas de cor, tenderão cada vez mais a se confundir com a classe média. A raça não constituindo um obstáculo intransponível ao progresso e cada qual se beneficiando da melhoria de oportunidades para ascender na hierarquia social, o contraste que existe do ponto de vista social e econômico entre as classes inferiores, onde predominam as pessoas de cor, e a classe superior, essencialmente composta de brancos, deverá acabar por desaparecer.” (Wagley 1952: 164-5)
2. “Pôde-se observar que, à medida que mais negros e mestiços melhoram sua condição econômica e adquirem instrução, a posição da classe superior branca se acha mais diretamente ameaçada. Por reação, o critério racial tende a ganhar importância no plano social; ao mesmo tempo, os preconceitos, as tensões entre grupos raciais e as medidas discriminatórias podem se agravar. Enfim, à medida que os laços industriais e comerciais entre o Brasil e o Ocidente se estreitam e que o país melhora sua infra-estrutura, as ideologias das nações mais avançadas do ponto de vista científico e técnico ganham terreno aqui. Empréstado a outras culturas os instrumentos, as técnicas e as teorias úteis, o Brasil se arrisca a tomar emprestado também as atitudes, as idéias e as invenções adventícias. Os observadores, tanto brasileiros quanto estrangeiros, têm a impressão de que ao mesmo tempo que introduz seus processos industriais e técnicos o Ocidente introduz no Brasil suas atitudes e suas teorias racistas.” (Wagley 1952: 165)

Sente-se nitidamente nas palavras de Wagley alguns compromissos acadêmicos incontornáveis ou influências duradouras, como a que se exprime na postura freyriana, que ele faz sua, de localizar na antiga cultura colonial luso-brasileira, particularmente viva na zona açucareira do Nordeste, os valores positivos de nossa civilização e representar a modernização como um risco constante de dissolução, alquebramento e contaminação (Needell 1995).

### **Thales de Azevedo e o Projeto UNESCO**

Pode-se imaginar agora, claramente, o grande desafio de Thales ao produzir uma monografia original que dialogava com a história social de Gilberto Freyre, a sociologia

de Donald Pierson e a antropologia social de Charles Wagley, seu parceiro no Convênio Bahia Columbia.

A influência de Freyre já se manifestara no *Povoamento da Cidade do Salvador*, de 1949, através da importância explicativa de que ele dotara a miscigenação e a ascensão social dos mestiços enquanto gênese da *democracia racial* brasileira. Caberia agora prestar contas da herança de Pierson.

Mas o maior desafio de Thales, como o dos demais participantes do projeto UNESCO, era posicionar-se enquanto homem de ciência, de modo crítico, diante da “ideologia brasileira de relações raciais”, como bem definira Robert Park. Tal ideologia ganhara, no pós-guerra, o consenso doméstico de intelectuais e ativistas anti-racistas e já adquirira, naqueles anos de 1950, através do ativismo internacional de figuras como Gilberto Freyre e Arthur Ramos, projeção e reconhecimento mundiais, sob o nome de *democracia racial*, como alternativa de política de combate ao racismo. Como salientou Marcos Maio (1997) era aliás esta a principal motivação do Projeto UNESCO.

Talvez o melhor índice do dilema em que Thales se viu envolvido seja justamente a grande evolução do seu pensamento entre a publicação da versão francesa de 1953, pela UNESCO, e o seu texto teórico mais completo sobre as relações raciais na Bahia – *Classes sociais e grupos de prestígio* – que, segundo nos confidencia Maria Brandão (1996: 17), fora esboçado, juntamente com dois textos de caráter histórico, no mesmo ano de *As Elites de Cor*, e excluído da edição final por receio de ser infiel ao espírito da demanda de Métraux. Já falei sobre isso há alguns anos atrás e não vou me repetir (Guimarães 1999: 127-148). Direi apenas que foi em *Classes sociais e grupos de prestígio* que Thales refletiu teoricamente sobre os seus achados de campo de 1952, superando o esquema piersoniano. Prefiro, para encerrar, apontar uma qualidade exemplar de *As Elites*: o seu caráter rigidamente etnográfico e descritivo.

Contou Thales a Mariza Correia, em depoimento ao projeto “História da Antropologia no Brasil (1930-1960)”, na UNICAMP, em 1984, gravado em vídeo, que Alfred Métraux, retornado à Bahia um ano depois de lhe ter encomendado a monografia, e examinando o seu esquema de redação e as primeiras 40 páginas escritas, lhe perguntara a título de comentário; “mas será que brasileiro só sabe escrever história?”. Esta orientação de Métraux certamente terá afastado Thales do método genético,

forçando-o a manter-se no terreno da etnografia, mas não o obrigava ou desobrigava a arriscar explicações teóricas, que teriam forçosamente de ser muito refinadas e trabalhosas se ele quisesse se opor a Freyre ou a Pierson.

Na verdade, a etnografia de Thales, em minha opinião, tem como objetivo principal averiguar a hipótese já esboçada por Arthur Ramos, a partir das leituras de Pierson, Park e Frazier: não sendo racial, no sentido que lhe emprestava Blumer, seria o preconceito encontrado na Bahia em relação aos pretos e mulatos um preconceito de cor, ou seria mesmo, como teorizara Pierson um preconceito de classe? Para responder a esta pergunta, numa sociedade abertamente excludente e estratificada por classes e grupos de prestígio, e sem ter a ilusão piersoniana de que os socialmente brancos eram negros bem sucedidos, Thales decide-se por um estudo da ascensão social de homens de cor na Bahia dos anos 1950. Só um estudo deste tipo lhe permitiria observar, a um só tempo, as eventuais barreiras para a ascensão social dos pretos e mulatos, ou seja a sua trajetória familiar ou pessoal, os seus instrumentos, mecanismos e instituições de mobilidade vertical, assim como o padrão das relações sociais entre brancos e negros e as suas atitudes, uma vez inseridos nas classes altas.

Evitando, na maior parte das vezes, tirar conclusões que seu material empírico não lhe permitiria sustentar, Thales esmera-se na arte de relativizar as opiniões de seus informantes, seja a partir de suas próprias observações, seja a partir das opiniões contrárias de outros informantes. Sua conclusão sobre a existência do preconceito de cor na Bahia é exemplar a esse respeito:

“A posição dos que negam inteiramente o preconceito é a de quem formula um padrão ideal de relações, inspirado "no desejo que não houvesse (o problema), ou no vão intento de contribuir para que a sociedade o esqueça" [Rômulo Almeida]. Os que exageram as proporções da questão poderiam ser personalidades inadaptadas, o que não ocorre sempre; essa exageração é um poderoso meio para chamar atenção para um problema que se supõe inexistente ou sem importância e funciona também como uma forma de agressão contra o grupo discriminante.”  
(Azevedo 1996: 154-5)

Para que conclusão mais atual, nos dias que correm, quando discutimos a adoção de cotas para negros em universidades públicas?



### Referências bibliográficas

- Azevedo, Thales de. 1996. *As Elites de Cor numa Cidade Brasileira. Um estudo de ascensão social & Classes Sociais e Grupos de Prestígio*, Salvador, EDUFBA.
- Blumer, Herbert. 1939. "The nature of racial prejudice", *Social Process in Hawaii*, v, 11-20.
- Brandão, Maria. 1996. "Thales de Azevedo e o Ciclo de Estudos da Unesco sobre 'Relações Raciais' no Brasil", in Thales de Azevedo, *As Elites de Cor numa Cidade Brasileira. Um estudo de ascensão social & Classes Sociais e Grupos de Prestígio*, Salvador, EDUFBA, 1996, pp. 11-22.
- Frazier, Franklin. 1942. "Some Aspects for Race Relations in Brazil", *Phylon-Review of Race and Culture*, III, 3.
- Freyre, Gilberto. 1933. *Casa Grande e Senzala*, Rio, Schmidt Editor.
- Freyre, Gilberto. 1936. *Sobrados e Mucambos*, Rio, Editora Nacional.
- Guimarães, Antonio Sérgio A. 1999. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*, São Paulo, Editora 34.
- Harris, Marvin. "Les Relations Raciales à Minas Velha Communauté Rurale de la Région Montagnaise du Brésil Central" in C. Wagley, *Races et Classes dans le Brésil Rural*, Paris, UNESCO, 1952.
- Herskovits, M.J. *Pesquisas Etnológicas na Bahia*, Salvador, Museu do Estado da Bahia, 1942.
- Hutchinson, H.W. "Les Relations Raciales dans une Communauté Rurale du Reconcavo (État de Bahia)" in C. Wagley, *Races et Classes dans le Brésil Rural*, 1952.
- Maior, Marcos Chor. 1997. *A História do Projeto Unesco. Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil*, Rio de Janeiro, IUPERJ, tese doutorado.
- Needell, Jeffrey D. 1995. "Identity, Race, Gender, and Modernity in the Origins of Gilberto Freyre's Oeuvre", *American Historical Review*, volume 100, no. 1, February 1995., pp. 51-77.
- Park, Robert. 1971. "Introdução à 1ª. Edição americana", Donald Pierson, *Branços e Pretos na Bahia*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1971, pp. 79-86.
- Pierson, Donald. 1971. *Branços e Pretos na Bahia*, São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- Ramos, Arthur. 1971. "Introdução à 1ª. Edição brasileira", Donald Pierson, *Branços e Pretos na Bahia*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1971, pp. 67-70
- Stocking, George W. (Editor). 1986. *Malinowski, Rivers, Benedict, and others: essays on culture and personality*. Jr. Madison, Wis. : University of Wisconsin Press
- Wagley, Charles. 1952. *Race et classe dans le Brésil rural*, Paris, UNESCO.
- Williams Jr., Vernon J. 1996. *Rethinking Race. Franz Boas and His Contemporaries*, Lexington, The University Press of Kentucky.
- Zimmermann, B. "Les Relations Raciales dans la Région Aride du Sertão", in Wagley, *Races et Classes dans le Brésil Rural*, Paris, UNESCO, 1952.